associação portuguesa de
bibliotecários, arquivistas e documentalistas

COMUNICAÇÃO DA ACÇÃO DE FORMAÇÃO

Data	27 de Fevereiro de 2012
Acção de formação	DIREITO À INFORMAÇÃO
Área temática	Organização e Recuperação da Informação
Cód. Ref.	DN09
Formador(a)	Olga Maia
Horário	9,30h às 13h 14h às 17,30h
Nº horas	7
Objectivos	**Gerais:** Motivar os formandos para uma administração aberta e dialogante e consciencializa-los para a importância do Direito à Informação. **Específicos:** Conhecer o regime jurídico do Direito à Informação.
Público alvo	Dirigentes, Técnicos Superiores e Assistentes técnicos da administração pública.
Local	BAD – Delegação Regional Norte Edifício do Arquivo Distrital do Porto - Rua das Taipas, 90 4050-598 Porto
Nº máximo de formandos(as)	15
Nº mínimo de formandos(as)	10
Preço de associado	70€
Preço de não associado	105€
Inscrições	• Devem ser remetidas ao Centro de Formação da BAD, Rua Morais Soares, 43C - 1º Dto., 1900 – 341 LISBOA, para formacao@bad.pt ou por fax para 21 815 45 08, até 5 dias antes do início da acção de formação • Para as acções de formação de iniciativa das Delegações Regionais da BAD, as inscrições devem ser enviadas para o(s) endereço(s) da delegação respectiva • **O cancelamento da inscrição, nos 5 dias úteis anteriores ao início da acção de formação, obriga ao pagamento de 50% do valor total da mesma** • Mais informação em www.bad.pt

ENTIDADE FORMADORA ACREDITADA POR DGERT DIRECÇÃO-GERAL DO EMPREGO E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Programa	COMUNICAÇÃO DA ACÇÃO DE FORMAÇÃO

1. Direito à informação administrativa procedimental e o direito à informação administrativa não procedimental

2. Acesso à informação administrativa procedimental
   - 2.1 Titulares do direito à informação administrativa procedimental
   - 2.1 Exercício do direito à informação administrativa procedimental

3. Acesso à informação administrativa não procedimental
   - 3.1 Titulares do direito à informação administrativa não procedimental
   - 3.1 Exercício do direito à informação administrativa nãoprocedimental

4. Limites ao Direito à Informação

5. Implicações da violação do Direito à informação no âmbito Disciplinar